



CIDADES E ARRANJOS INTERMEDIÁRIOS DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES AOS CONCEITOS DE CIDADE MÉDIA E SECUNDÁRIA

Alessandro Aveni

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
alessandro.aveni@ipea.gov.br

Ernesto Pereira Galindo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ernesto.galindo@ipea.gov.br

Samara Mineiro Oliveira

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
samara.mineiro@hotmail.com

RESUMO

As cidades médias são uma dimensão importante na análise da rede urbano-regional, pois ofertam serviços em nível hierárquico abaixo da cidade principal, viabilizando a ocupação e desenvolvimento regional. Ainda que os conceitos de cidade média possam se aproximar, seus critérios de cálculo para enquadramento divergem, resultando em diversas interpretações da configuração espacial dessas cidades na rede urbano-regional. Nesse sentido, considera-se útil à discussão do tema realizar uma comparação entre esses resultados que culmine numa classificação combinada, qualificando os diversos “tipos” de cidades médias. Na análise dos critérios substitui-se sempre que cabível a delimitação municipal pelo conceito de arranjos territoriais (IPEA, 2016), uma adaptação dos arranjos populacionais (IBGE, 2015). Esse procedimento permite uma identificação mais realista da “cidade”, minimizando a subestimação de espaços de convívio comuns. Ajustadas as “cidades”, utilizou-se da definição de cidades médias (Castello Branco, 2006), cidades secundárias conforme a análise de primazia (Egler, 2015) e polos de regiões intermediárias de articulação urbana (IBGE, 2013), construindo uma classificação que leva em consideração, de forma não excludente, tanto o corte populacional na aproximação com o conceito de médio, quanto o papel (porte) de segundas cidades e a relação de comando/influência regional. Além disso, a divisão urbano-regional (IBGE, 2013) relativiza de alguma forma a influência das cidades conforme a região. Optou-se pelo uso da expressão “cidades intermediárias” em lugar de “cidades médias” para a classificação, já que seriam aquelas que intermediam a relação das cidades hierarquicamente menor com a cidade primaz, substituindo-a numa menor escala regional e para determinadas funções. O uso dessa expressão deve-se também por entender que a classificação hierárquica proposta representa graus de intermediação diferentes. Como resultado, o método apontou sete categorias não apenas representando as diferentes situações em que as cidades se encontram como as similaridades e diferenças entre os métodos isolados.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Médias, Rede Urbana, Dinâmica Regional, Primazia, Cidades Secundárias.



INTRODUÇÃO

Uma discussão teórica que relacione cidades médias e rede urbana é importante para estimular reflexões que visem à utilização dessa categoria para o planejamento urbano e elaboração de políticas públicas. Esta abordagem não é comum, pois a discussão teórica sobre cidades médias se concentra majoritariamente nos conceitos, mas é relevante na prática de pesquisa quando se comparam arranjos e dimensões socioeconômicas como, por exemplo, a caracterização da concentração e fluxos de serviços públicos no território em relação a políticas públicas.

O problema, então, em relação a uma análise de rede urbana, não é discutir ou comparar os conceitos, considerando que a categoria “Cidade Média” é valiosa na explicação de dinâmicas do território, mas verificar se há elementos de análise e dados relativos às cidades médias que podem complementar ou reforçar uma análise de rede urbana em todo o território nacional e servir para elaboração e formulação de políticas públicas. Nesse sentido, o atual trabalho pretende mostrar as possíveis comparações entre cidades médias e categorias de análise de estudos de hierarquia e de arranjos de rede urbana para verificar as convergências e as congruências no Estado de Bahia e seus municípios. O objetivo é estimular a discussão do uso conjunto de diferentes categorias e dimensões nas análises da rede urbana em seus diferentes recortes espaciais.

O trabalho se divide em mais sete seções. A primeira define conceitos e teorias sobre cidades médias a partir da discussão de rede urbana. Na segunda justifica-se a adoção de uma unidade espacial mínima de análise mais agregada que o município, sempre que cabível. A terceira aborda a “cidade média” e a quarta destaca o contraponto da “cidade secundária”. A quinta explica a metodologia de análise e os indicadores usados e, para finalizar, uma sexta seção analisa as relações entre cidades médias e rede urbana, para finalizar com uma seção de conclusões.



DA REDE URBANA À CIDADE MÉDIA

Segundo Cantarim (2015), no Brasil há diversas instituições que pesquisaram o comportamento da rede urbana, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A autora mostra que os estudos de rede urbana avançaram metodologicamente desde o período em que começaram a ser realizados por institutos de forma independente de planos ou políticas, em 1966. Observa-se que o estudo da rede urbana no Brasil encontra-se, desde seu início, vinculados às teorias de Christaller (1966) e Rochefort (1998). Foi a partir do ano 2000, segundo a autora, que novas variáveis começaram a desempenhar um papel maior dentro dessas pesquisas, dando destaque para questões como a globalização e a divisão social do trabalho.

Nesse sentido, é importante destacar o papel do estudo das Regiões de Influência de Cidades – Regic (IBGE, 2008), pois ele ajuda a entender o território e evidencia uma hierarquia em que há Metrôpoles (três sub-níveis: internacional, nacional e metrópole), Capitais Regionais (três níveis: A, B, C), Centros Sub-regionais (Nível A e B), Centros de Zona (A e B) e Centros Locais. Essa classificação foi usada por Falcon (2015) em um estudo onde ele classificou as cidades médias a partir da sua área de influência e fluxos que partem de, e chegam a, cada cidade. Isso porque uma centralidade é medida pelos fluxos que cada centralidade comanda (decisão, mercadorias, pessoas, finanças etc.). As regiões de influência formam redes de cidades em que os fluxos comandam o processo de organização do território, mas esse espaço está conectado de maneira desigual.

A hierarquia é uma forma de entender a rede e, sobretudo, a influência das cidades. Nesse sentido, internacionalmente, há informações parecidas que classificam, por níveis hierárquicos, as cidades de uma rede urbana nacional. Comparando as classificações internacionais com a brasileira pode-se dizer que há cidades primárias e secundárias. Estas últimas, no Brasil, poderiam ser identificadas com as Capitais Regionais e os Centros Sub-Regionais na divisão da Regic. De acordo com a classificação com base nos anos 1950 e a população residente, a UN-Habitat considera



cidade secundária como o segundo nível depois dos centros nacionais urbanos maiores e possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes. Haveria assim uma classificação implícita de que as cidades que não são primárias e secundárias são pequenas ou terciárias. O termo cidade secundária foi popularizado por Rondinelli (1983). Nos últimos anos, devido o crescimento populacional, as dimensões populacionais das cidades médias subiram para entre 100 mil e 500 mil e até um milhão de habitantes, considerando sempre que são cidades cuja escala hierárquica se posiciona aquém da capital. Então, o conceito de cidade média é usado, sobretudo no Brasil, e poderiam ser, por determinado ângulo, consideradas as cidades secundárias.

Uma classificação hierárquica concentra-se em elementos quantitativos para definir as relações e, principalmente, usa a variável demográfica para garantir que a cidade com mais população permaneça nos níveis maiores da hierarquia. Para Sposito et al. (2006) houve uma banalização de expressões como cidade média e cidade de porte médio (secundárias) e a autora faz uma crítica à utilização do elemento demográfico como principal fator de classificação desses conceitos.

ARRANJOS TERRITORIAIS

O lugar pode ter várias acepções dentro da Geografia. Milton Santos, em seu livro *A Natureza do Espaço*, sugere que este conceito pode abranger recortes diferentes, a depender do espaço de convívio do indivíduo. O autor cita inclusive uma situação limite em que o lugar pode chegar a ser uma região, como no caso da região metropolitana (SANTOS, 1999).

Com o objetivo de delimitar um espaço de convívio comum, um lugar, ou em última acepção, uma cidade, utiliza-se nesse estudo o recorte espacial dos arranjos (IPEA, 2016). Estes foram uma adaptação, realizada pelo Ipea (2016), do agrupamento de municípios em arranjos feito pelo IBGE (2015) a partir do fluxo pendular diário intermunicipal por motivo de trabalho. Após esses ajustes, passa-se a trabalhar com 1.116 municípios agregados em 345 arranjos.

Na Bahia, pelo método ajustado do Ipea (2016), foram identificados 13 arranjos (cinco não contemplados no resultado do IBGE, envolvendo 12 municípios) o que



reduziu as unidades de análises de 417 municípios para 393 unidades após a agregação de 38 municípios (incluindo Petrolina, em Pernambuco, que compõe o arranjo Petrolina-PE/ Juazeiro-BA e São Sebastião do Passé, que no método do IBGE não havia sido incluído no arranjo de Salvador).

CIDADE MÉDIA

Castello Branco (2006) na sua análise das cidades médias destaca que o corte demográfico é um parâmetro necessário para definir uma cidade média. A autora adotou uma classificação com base nos seguintes critérios: (1) tamanho populacional, considerando (em 2000) o limite mínimo de 100 mil e o máximo de 350 mil habitantes; (2) centralidade, excluindo as cidades das regiões metropolitanas e localizadas no entorno de Aglomerações Urbanas; (3) exclusão de municípios subordinados na Regic 1993; (4) ligações aéreas, considerando somente as cidades com regular ligação aérea.

A proposta de Castello Branco (2006) foi elaborada em duas etapas eliminatórias (filtros excludentes) e uma etapa classificatória (qualificando o tipo de cidade média): a primeira definiu o universo dos centros que atenderam aos critérios 1, 2 e 3; a segunda o critério quatro; e a terceira dividiu-se em duas fases (definição de indicadores e cálculo de suas medianas como pontos de corte). Os indicadores desta última etapa foram tamanho populacional, unidades locais de empresas, população ativa, agências bancárias, pessoal ocupado e assalariado, taxa de urbanização, número de domicílios, ligações por fluxos de bens e serviços com base na Regic, fluxos aéreos, total de municípios ligados à água e esgoto (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 256). As cidades médias no Brasil foram classificadas, no final, em quatro tipologias: as melhores em relação a todos os indicadores, com apenas um indicador abaixo da mediana, com até três indicadores abaixo da mediana e com todos os indicadores abaixo da mediana.

CIDADE SECUNDÁRIA

Partindo do fato de que as cidades secundárias e médias têm um papel funcional no território e para identificar este e suas relações na rede urbana, segundo Egler (2015), podem-se utilizar diferentes indicadores. Um primeiro é relacionado à demografia. A



primazia (Jefferson 1939, Rochefort 1998) é entendida sempre como aspecto principal da análise demográfica. Isso porque a concentração populacional acontece justamente nos polos e nos centros territoriais mais importantes. A primazia representa a importância dos nós da rede em relação à população existente. O conceito de primazia urbana foi desenvolvido a partir da formulação do geógrafo Mark Jefferson (1939) na tentativa de explicar o fenômeno das enormes cidades que representam uma larga proporção da população de um país, bem como de sua economia. Estas aglomerações gigantescas frequentemente são as capitais de seus países. Segundo Jefferson:

A cidade mais importante de um país é sempre desproporcionalmente grande e excepcionalmente expressiva da capacidade e do sentimento nacionais. A cidade primaz é comumente pelo menos o dobro da cidade mais próxima em tamanho e mais do que o dobro como significado. (JEFFERSON, 1939, p. 226).

De acordo com Rochefort (1998, p.43), sendo este também o olhar do IBGE, se condiciona o centro primário a oito categorias do setor terciário na organização do território:

- a administração: todos os serviços administrativos que dependem dos diversos ministérios (administração geral e administração especializada);
- os serviços bancários;
- os serviços comerciais: o conjunto do aparelho de distribuição dos bens;
- os serviços de instrução: (a escola, o liceu, a universidade);
- os serviços de cultura: o conjunto daquilo que difunde a cultura ou permite participar dela;
- os serviços de lazer;
- os serviços de saúde;
- os serviços de profissão de consultoria: abrangem todos os que fornecem serviços de consultoria a indivíduos ou empresas que devem tomar decisões.

O conceito de primazia é importante porque a observação dos fluxos dependentes da população define as dimensões principais dos nós por meio da análise das variáveis (como serviços ou centralidades administrativas). Considera-se que uma aproximação da realidade é bem difícil devido à complexidade e o número das variáveis. Entretanto, usar uma métrica que possa comparar a cidade ou a metrópole



mais importante e as outras cidades da rede, no território que estamos analisando em relação a cada uma variável, é o melhor método por esta escala.

Um sistema relativamente bem equilibrado de cidades segundo o tamanho, como o inerente ao modelo das localidades centrais, resultará em um modelo tamanho-hierarquia sem grandes rupturas; já um sistema desequilibrado, também com relação ao tamanho, resultará em um modelo de primazia urbana, ou seja, com grandes rupturas na estrutura urbana. Junto com a primazia pode-se usar o indicador Zipf ou regra do tamanho. A chamada regra do tamanho-hierarquia das cidades, proposta por G. K. Zipf, em 1949, registra a relação entre a hierarquia das cidades e suas populações supondo uma determinada proporção entre as principais cidades.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Conforme indicado anteriormente, todo o processo de enquadramento das cidades intermediárias partirá, sempre que houver, do arranjo (de municípios) como unidade de análise. Esses arranjos são baseados no trabalho do Ipea (2016) sobre o estudo do IBGE (2015), resultando para a Bahia 13 arranjos e 380 municípios “isolados”, a partir da junção de 417 municípios baianos mais Petrolina-PE (por formar arranjo com Juazeiro-BA).

De posse desse novo conjunto de unidades de análise, seguiu-se com a identificação das cidades secundárias (com base na primazia de Egler, 2015), das cidades médias com base em Castello Branco (2006) e das cidades polos de regiões intermediárias do IBGE (2013).

Quanto à primazia urbana adotou-se a seguinte fórmula:

$$PrU = Pmc / (Pmc + Psc \dots n)$$

Onde:

PrU é a primazia urbana;

Pmc é a população da maior cidade;

Psc é a população da segunda cidade e n é a enésima cidade considerada.

Considerou-se no cálculo, conforme apresentado por Egler (2015), os quatro maiores arranjos, sendo os três menores considerados como cidades secundárias. Nesta lógica evita-se eliminar uma cidade intermediária por não se enquadrar em faixas



populacionais predeterminadas. Se se defende em geral que a base da discussão das cidades intermediárias (médias) é a função e a centralidade que exerce, faz sentido evitar de antemão filtros de porte populacional.

Por sua vez, a análise das cidades conforme seu enquadramento como “média”, partiu da proposta de Castello Branco (2006), apresentada em seção anterior. Entretanto, optou-se por não excluir as cidades sem aeroportos, mas classificá-las. Esta opção metodológica deve-se ao entendimento de a falta deste equipamento estar vinculada a restrições do adequado papel de uma cidade média e de sua centralidade e nodalidade no exercício de sua atratividade, mas não na sua “desclassificação” como tal. Indica, na verdade, carência de infraestrutura que pode comprometer sua conexão com outras cidades do mesmo nível hierárquico ou de nível superior.

As quatro classificações adotadas pela autora para as cidades médias, ainda que apresentadas, não serão o foco da categorização proposta neste texto. Ratifica-se que o método foi aplicado sobre dados atualizados de população (Censo Demográfico IBGE 2010) e classificação hierárquica (Regio IBGE 2007).

O estudo da Divisão Urbano Regional do IBGE (2013) adota três escalas de regionalização para o país. A primeira delas resulta nas regiões ampliadas que divide o país em 14 regiões tendo cada uma um polo. Essas podem ser consideradas de forma simplória como as cidades primazes de sua região. Num segundo nível, estão as regiões intermediárias, que se dividem em 14 que perpassam o território da Bahia (12 delas na Região Ampliada de Salvador). Os polos dessas 14 subdivisões poderiam na mesma comparação ser considerados como cidades secundárias (abaixo da primaz). O único ajuste trata apenas de considerar estes polos secundários, quando cabível, como arranjos, conforme a classificação em Ipea (2016).

Por fim compara-se o resultado com as categorias da Regio IBGE 2007 a fim de relacionar o conceito de cidade intermediária com a rede urbana brasileira e sua classificação hierárquica. Além disso, é possível tecer alguns comentários críticos e justificar algumas opções metodológicas.

ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE CIDADES MÉDIAS E REDE URBANA



Abordando inicialmente a primazia, observa-se que entre 2000 e 2010 há um aumento da concentração da população nos principais arranjos. Os dados 2000/2010 mostram índices de primazia urbana aumentando (tabela 1), ou seja, uma maior concentração em 2010 em relação a 2000.

Tabela 1 – Índice de Primazia na Bahia em 2000 e 2010

2000	Número de Cidades	2010	Número de Cidades
1,896	4	1,932	4
1,368	10	1,366	10
0,678	50	0,705	50

Elaboração própria.

Em relação aos arranjos há alguma variação hierárquica ao longo dos anos como pode se verificar, por Petrolina-Juazeiro, Porto Seguro e Barreiras na tabela 2.

Tabela 2 – Rank populacional do Estado da Bahia em 2000 e 2010

Arranjo	Pop. 2000	Rank 2000	Arranjo	Pop. 2010	Rank 2010
Salvador	3.045.405	1	Salvador	3.482.615	1
Feira de Santana	532.083	2	Feira de Santana	615.115	2
Itabuna- Ilhéus	418.802	3	Petrolina - Juazeiro	491.927	3
Petrolina/PE - Juazeiro	393.105	4	Itabuna - Ilhéus	388.903	4
Vitória da Conquista	262.494	5	Vitória da Conquista	306.866	5
Jequié	147.202	6	Porto Seguro	153.193	6
Barreiras	131.849	7	Jequié	151.895	7
Alagoinhas	130.095	8	Alagoinhas	141.949	8
Teixeira de Freitas	107.486	9	Teixeira de Freitas	138.341	9
Itapetinga	103.375	10	Barreiras	137.427	10
Porto Seguro	119.609	11	Itapetinga	108.455	11
Paulo Afonso	96.499	12	Paulo Afonso	108.396	12
Cachoeira - Muritiba	89.983	13	Eunápolis	100.196	13
Eunápolis	84.120	14	Cachoeira - Muritiba	93.791	14
Serrinha	83.206	15	Santo Antônio de Jesus	90.985	15

Fonte: IBGE, 2013.

Passando à análise das cidades médias, em 2000 foram identificadas por Castello Branco (2006) as seguintes cidades médias na Bahia: Alagoinhas, Barreiras, Jequié, Vitória da Conquista na primeira etapa. Na segunda etapa de análise com base no critério de existência de aeroportos foram excluídas Alagoinhas e Jequié. Com a terceira etapa classificatória Vitória da Conquista se colocava como cidade média de segundo nível e Barreiras de terceiro nível.



Agregando os dados por arranjos e atualizando-os com a Regic/IBGE de 2007 e com o Censo Demográfico/IBGE de 2010, conforme metodologia proposta, obtém-se uma nova situação para a Bahia. Identificam-se: Vitória da Conquista, Porto Seguro/Santa Cruz Cabrália, Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Barreiras, Itambé/Itapetinga/Macarani, Paulo Afonso, Eunápolis. Se fosse adotado o critério 4 (aeroportos) seriam excluídos: Jequié, Alagoinhas, Teixeira de Freitas, Itambé/Itapetinga/Macarani e Eunápolis, restando apenas: Vitória da Conquista, Porto Seguro/Santa Cruz Cabrália, Barreiras e Paulo Afonso.

Comparando os resultados dos arranjos em Ipea (2016) com a Regic 2007 (tabela 3), no total de Capitais Regionais (A, B e C), usando a primeira classificação, encontram-se 8 centros secundários enquanto considerando somente o Estado de Bahia se encontram 5 usando REGIC e classificação IPEA. Estes arranjos populacionais são: Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Petrolina (PE) /Juazeiro e Barreiras.



Tabela 3 – Hierarquia segundo REGIC (IBGE, 2008) e arranjos com classificação IPEA

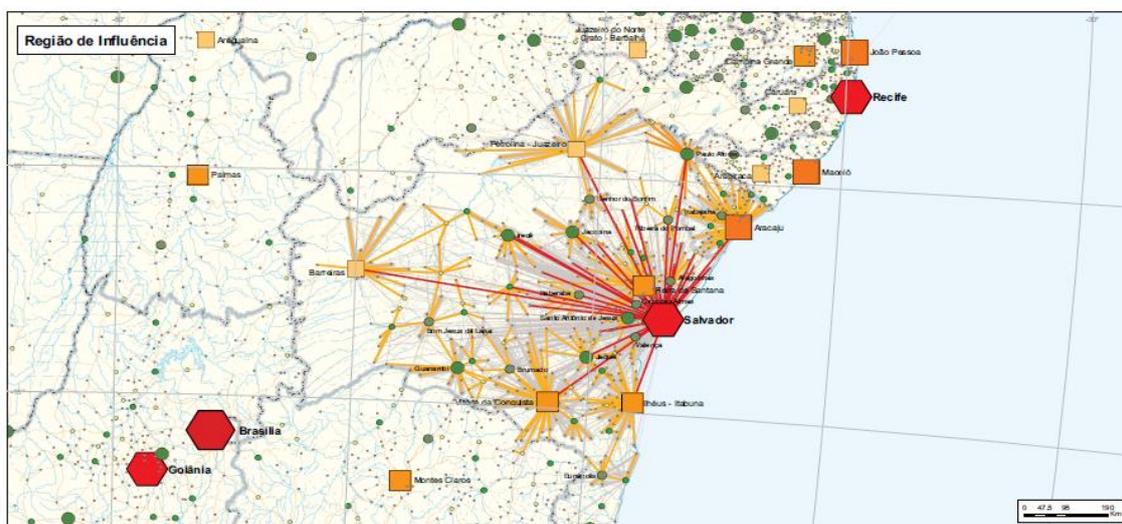
	REGIC 2007 - Zona de Influência Salvador	ESTADO DA BAHIA	ARRANJOS
1C	Metrópole	1	1
2A	Capital Regional A	0	0
2B	Capital Regional B	3	3
2C	Capital Regional C	2	2
3A	Centro Subregional A	7	7
3B	Centro Subregional B	9	9
4A	Centro de Zona A	12	12
4B	Centro de Zona B	20	20
Centro L	Centro Local	351	364
TOTAL		405	418

Fonte IBGE, 2008 e IPEA, 2016. Elaboração dos autores.

Observando o resultado da Regic 2007, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Ilhéus (arranjo que inclui Itabuna e que deveria mudar de nome para Itabuna) estão na mesma categoria hierárquica, indicando que o recorte populacional poderia até ser usado para distingui-los, mas não para identificar ponto de corte de categorias.

A respeito das funções, usando o esquema Regic (IBGE 2008), Vitória da Conquista e Barreiras entram na lógica das Capitais Regionais e, portanto, mesmo com uma população menor que 350 mil habitantes, e no caso de Barreiras, no limite menor das cidades médias, estas cidades exercem um papel de cidade secundária no Estado da Bahia, em relação às outras cidades de influência relativa (figura 1).

Figura 1 – Região de Influência das Cidades da Bahia em 2007





Fonte: IBGE (2008).

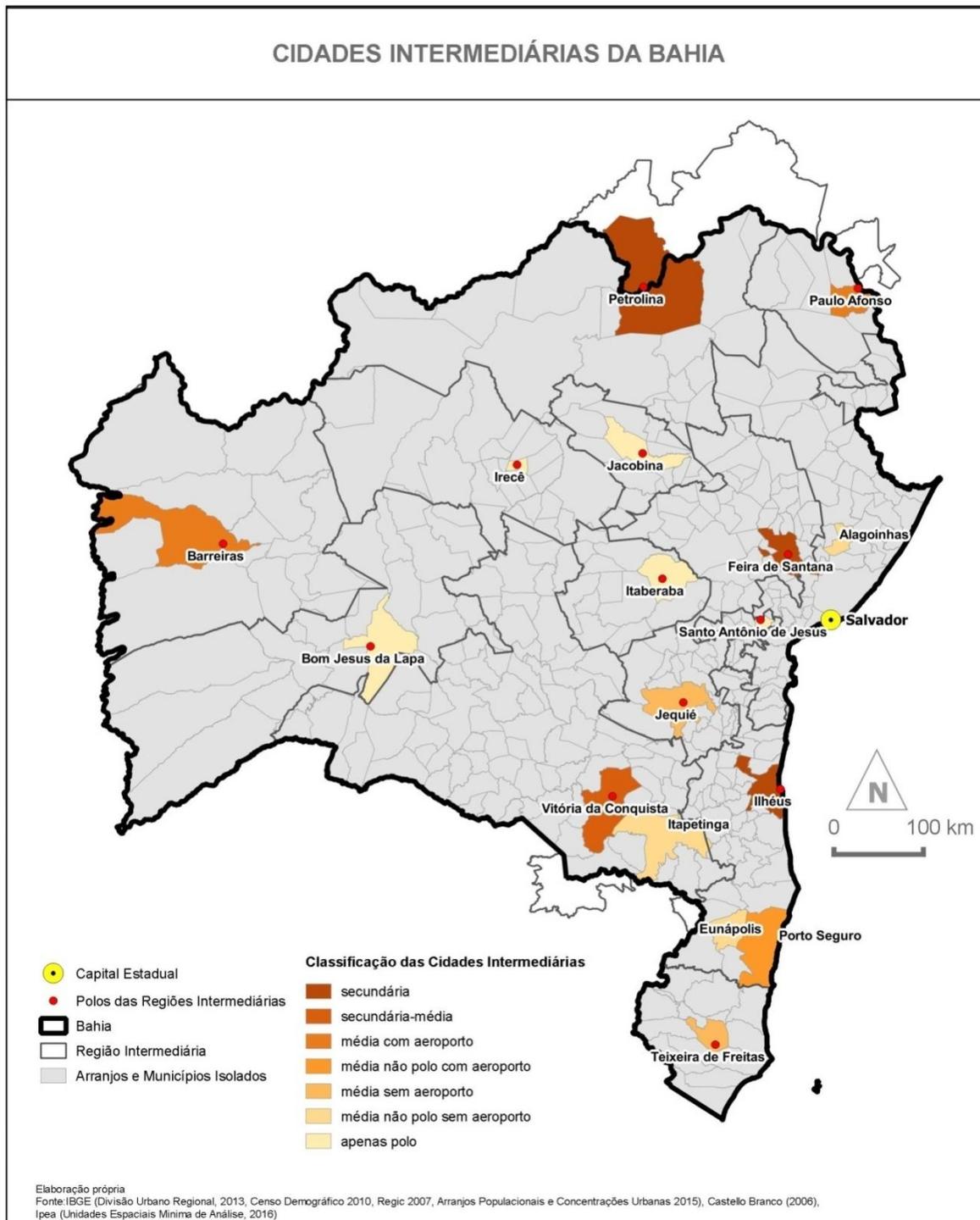
Em relação às outras cidades evidenciadas na análise com método proposto por Castello Branco, o arranjo Porto Seguro/Santa Cruz Cabrália e Paulo Afonso são efetivamente cidades médias, no sentido de estar entre os arranjos que têm funções importantes na rede urbana da Bahia. O arranjo Itambé/Itapetinga/Macarani está muito próximo a Vitória da Conquista, e poderia ser classificado como um arranjo regional urbano emergente nessa área, sendo um caso um pouco diferente o de Eunápolis em relação ao arranjo de Porto Seguro, pelas funções turísticas deste último que inclui a existência de um aeroporto. Considera-se que Jequié, Alagoinhas e Teixeira de Freitas também são Cidades Intermediárias, apesar de não atenderem ao critério de Castello Branco a respeito de possuir aeroportos.

O mapa mostra o resultado de uma classificação que inclui uma análise hierárquica e regional do IBGE (2008 e 2013) e também os arranjos populacionais do IPEA. Também se mostra a classificação de cidades médias usando a metodologia proposta por Castello Branco (2006). Em relação às cidades intermediárias há uma heterogeneidade de situações. Na Bahia, há Salvador e, segundo a classificação de primazia usada, quatro arranjos ou cidades de segundo nível ou secundárias (Petrolina-Juazeiro, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna-Ilhéus).

Segundo a regionalização IBGE (2013) com base na Regic (IBGE 2008) na Bahia há 14 regiões intermediárias. Em relação às cidades médias, Vitória da Conquista é uma cidade com funções secundárias, mesmo entrando nos limites de cidade média de acordo com classificação de Castello Branco. As cidades médias são quatro segundo a classificação de Castello Branco (2006), entretanto, com base no critério colocado de ter ou não ter aeroporto, são nove; algumas têm aeroporto, outras não têm, algumas são polo da região intermediária de articulação urbana e outras não (figura 2).



Figura 2 – Cidades Intermediárias da Bahia em 2010



Fonte: Castello Branco (2006), IBGE (2008), IPEA (2016).

Um resumo das cidades analisadas encontra-se na tabela 4 a seguir.



Tabela 4 – Arranjos/Cidades Intermediárias da Bahia

arranjo/município	secundária	média	polo da região intermediária	com aeroporto	Regic Tipo
Feira de Santana-BA	X		X		Capital Regional B
Ilhéus-BA	X		X	X	Capital Regional B
Petrolina-PE	X		X	X	Capital Regional C
Vitória da Conquista-BA	X	X	X	X	Capital Regional B
Barreiras-BA		X	X	X	Capital Regional C
Paulo Afonso-BA		X	X	X	Centro Subregional A
Porto Seguro-BA		X		X	Centro de Zona A
Jequié-BA		X	X		Centro Subregional A
Teixeira de Freitas-BA		X	X		Centro Subregional A
Alagoinhas-BA		X			Centro Subregional B
Eunápolis-BA		X			Centro Subregional B
Itapetinga-BA		X			Centro de Zona A
Bom Jesus da Lapa-BA			X		Centro Subregional B
Irecê-BA			X		Centro Subregional A
Itaberaba-BA			X		Centro Subregional B
Jacobina-BA			X		Centro Subregional A
Santo Antônio de Jesus-BA			X		Centro Subregional A

Elaboração própria. Fonte: Ipea (2016), Castello Branco (2006), IBGE (2013), IBGE (2008), Egler (2015)

CONCLUSÕES

O texto teve como objetivo contribuir com a discussão, identificação e distinção das “cidades médias”, usando como exemplo a Bahia. Resultou numa seleção de arranjos/cidades de pouco menos de 100 mil a pouco mais de 600 mil habitantes desde Centros de Zona A a Capitais Regionais B.

Os resultados encontrados, entretanto, dizem respeito ao contexto da Bahia, não necessariamente se replicando para outros recortes regionais. Acredita-se que a metodologia elaborada a partir da combinação dos métodos apresentados possa ser aplicada a diferentes escalas e regiões produzindo leituras mais ricas das cidades intermediárias.

Não há qualquer pretensão de ser uma crítica a outros métodos, pois cada um tem seu objetivo. A intenção é contribuir, de forma a livrar-se da armadilha do porte populacional, a relativizar a infraestrutura disponível (aeroporto) – tanto evitando a subestimação do papel da cidade (exemplo de Feira de Santana) quanto à



superestimação (Porto Seguro) –, e a propor uma leitura combinada sobre a centralidade/nodalidade/atratividade.

A centralidade proposta combina a ótica da cidade-região (Divisão Urbano Regional IBGE 2013), da rede urbana (Regic 2007), da hierarquia (Primazia/cidade secundária e cidade média). Enfim, relativizam-se essas análises numa proposta combinada/relativizada gerando (sete) distintas categorias de cidades de intermediação.

Com o intuito de prosseguir contribuindo com o tema, considera-se essencial avançar sobre a discussão da função, observando o fenômeno da atratividade por meio do fluxo efetivo por dimensão (trabalho, educação, saúde etc.). Deste modo leva-se ao extremo a defesa da “cidade média” entendida pelo seu papel na rede, extirpando a tentação de uso do recorte populacional identificando qual a verdadeira intermediação/substituição que esses arranjos/cidades assumem ao fazer as vezes da cidade primaz na escala regional.

REFERÊNCIAS

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Cidades Médias do Brasil. In: Castello Branco, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: Sposito, E. S. et al.: **Cidades Médias: produção do espaço Urbano e Regional**, São Paulo: Expressão Popular. 2006, pp.245-271.

CANTARIM, F. Estudos de Redes Urbanas no Brasil: reflexões sobre transformações metodológicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** Curitiba, v.36, n.129, p.117-133, jul./dez. 2015.

CHRISTALLER, W. **Central places in Souther Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc, 1966.

EGLER, C. A. G. **Referenciais básicos para uma metodologia de identificação do sistema urbano da América do Sul**. IPEA. Rede Urbana e Integração Produtiva no Brasil e na América do Sul. Relatório de Pesquisa. Convenio IPEA, CEPAL, IPARDES. Brasília, 2015, p. 47-90.

FALCÓN, M. L. O. A rede de cidades e o ordenamento territorial Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local. **BNDS textos para discussão n.111** Março de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Urbano Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_divisao_urbano_regional.shtm Acesso abril 2016.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 201 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Perfil das unidades espaciais mínimas**. Brasília: IPEA, 2016. (Série Caracterização, Fascículo 2).

JEFFERSON, M. The Law of Primate City, In **Geographical Review**, The American Geographical Society, 1939, pp. 226-232.

ROCHEFORT, M. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RONDINELLI, D. A. **Secondary Cities in Developing Countries: Policies for Diffusing Urbanization**, California: Sage, 1983.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SPOSITO E.S.; SPOSITO M.E. B; SOBRAZO, O. (org.) **Cidades Médias: produção do espaço Urbano e Regional**, São Paulo: Expressão Popular, 2006, 375 p.